

Artes, Direitos e Cidades

A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO EM “SALVAR O FOGO”, DE ITAMAR VIEIRA JUNIOR: UMA ANÁLISE LITERÁRIA E JURÍDICA

THE EXPLORATION OF THE WORK IN “SALVAR O FOGO”, BY ITAMAR VIEIRA JUNIOR: A LITERARY AND LEGAL ANALYSIS

Rebeca Mendes Garcia¹

Resumo: Este artigo busca investigar as relações trabalhistas na obra "Salvar o fogo", de Itamar Vieira Junior. A fim de analisar a exploração da força de trabalho dos personagens e as implicações jurídicas suscitadas a partir da interpretação do texto literário, adota-se o percurso analítico-interpretativo dos estudos em direito e literatura (Karam, 2017), com ênfase na corrente direito *na* literatura. No romance, a protagonista Luzia, o “irmão” Moisés e seu pai Mundinho vivem na Tapera, uma pequena comunidade rural banhada pelo rio Paraguaçu, formada por descendentes de indígenas e de escravizados que vivem o dilema da exploração da mão de obra agrária condicionada às regras impostas pela Igreja Católica, cujos representantes são os religiosos habitantes do mosteiro próximo à comunidade. Paralelamente, observa-se a dificuldade dos migrantes para encontrar trabalho ao saírem da Tapera, os quais precisam se submeter a condições degradantes para sobreviver. Nesse sentido, foi possível perceber as desigualdades sociais evidenciadas pela narrativa e a lógica escravocrata que, ainda, permeia o Brasil “de dentro”, consequência da tardia abolição e da falta de políticas públicas destinadas às pessoas vítimas do sistema escravocrata.

Palavras-chave: trabalho; exploração; literatura; direito.

Abstract: This article seeks to investigate labor relations in the work "Save the Fire", by Itamar Vieira Junior. In order to analyze the exploitation of the characters' workforce and the legal implications raised from the interpretation of the literary text, the analytical-interpretive path of studies in law and literature is adopted (Karam, 2017), with an emphasis on the current law in literature. In the novel, the protagonist Luzia, her “brother” Moisés and her father Mundinho live in Tapera, a small rural community bathed by the Paraguaçu River, formed by descendants of indigenous people and enslaved people who live the dilemma of exploiting agrarian labor conditioned to rules imposed by the Catholic Church, whose representatives are the religious inhabitants of the monastery close to the community. At the same time, migrants find it difficult to find work when leaving Tapera, as they have to submit to degrading conditions to survive. In this sense, it was possible to perceive the social inequalities highlighted by the narrative and the slavery logic that still permeates Brazil “from within”, a consequence of the late abolition and the lack of public policies aimed at people who were victims of the slavery system.

Keywords: work; exploration; literature; right.

1. INTRODUÇÃO

A literatura brasileira contemporânea tem sido um campo fértil para a exploração do Direito *na* literatura. A relação entre o direito e a literatura é interdisciplinar e explora as

¹Mestre em Letras (UFT), Universidade Federal do Tocantins, Arraias, Tocantins, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8053916575676633>. E-mail para contato: rebecamgarcia@uft.edu.br.

Artes, Direitos e Cidades

intersecções entre as narrativas literárias e as práticas jurídicas, destacando como a literatura pode influenciar a compreensão, a interpretação e a aplicação do direito. Ademais, a literatura oferece uma janela para a experiência humana, proporcionando aos juristas uma compreensão mais profunda das emoções, motivações e circunstâncias das pessoas.

Neste artigo, busca-se investigar, por meio da obra "Salvar o fogo", de Itamar Vieira Júnior, as relações trabalhistas no Brasil rural. Publicado em 2023 pela editora Todavia, o romance foi escrito por Itamar Vieira Junior, doutor em Geografia pela UFBA, servidor do INCRA e consagrado escritor contemporâneo.

A narrativa se centra na história de uma família que mora na Tapera, uma pequena comunidade rural banhada pelo rio Paraguaçu, no interior da Bahia. Luzia, seu “irmão” Moisés e o pai Mundinho protagonizam a história, sob a perspectiva de distintos narradores. Além das questões íntimas da família de Luzia, o romance aborda a luta pela terra, o trabalho análogo à escravidão, o poder religioso representado pela Igreja, o racismo, a desigualdade social e tantos outros problemas presentes no “Brasil de dentro”.

Tendo em vista os temas abordados, optou-se por abordar as questões trabalhistas presentes no texto literário, à luz do ordenamento jurídico brasileiro, a fim de responder à seguinte pergunta: como a representação literária pode contribuir para pensar as explorações do trabalho na contemporaneidade?

Como referencial teórico, destacam-se os trabalhos de Siebeneichler (2022), Delgado (2010) e Biavaschi (2005) que fornecem embasamento a respeito dos direitos trabalhistas e os de Schwarcz e Starling (2018) como base histórica em relação à colonização e ao sistema escravocrata brasileiro em confronto com as relações trabalhistas contemporâneas. Para realizar esta pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, adotou-se o percurso analítico-interpretativo dos estudos em direito e literatura (Karam, 2017), com ênfase na corrente direito *na* literatura.

No primeiro subtítulo, há um breve resumo do romance “Salvar o fogo” para contextualização e apropriação do enredo a ser analisado posteriormente. No seguinte, busca-se traçar um histórico a respeito da escravidão no Brasil e dos avanços legais referentes aos direitos trabalhistas, desde 1934, quando o presidente Getúlio Vargas publicou a primeira versão da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), até os direitos assegurados pela

Artes, Direitos e Cidades

Constituição Federal de 1988 ainda em vigor. Por fim, no último subtítulo, é apresentada a análise interpretativa do romance, relacionando os acontecimentos narrados na ficção à realidade brasileira atual, em confronto com o que está previsto na legislação trabalhista do país.

2. A NARRATIVA LITERÁRIA

Itamar Vieira Júnior é autor de 5 (cinco) livros, dentre eles, *Salvar o fogo*. Por ser geógrafo e servidor público do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra, Itamar visitou muitas comunidades rurais, ouviu e registrou histórias de trabalhadores rurais, que o levaram à escrita de romances tão verossímeis. Em 2017, defendeu a tese “Trabalhar é tá na luta: vida, morada e movimento entre o povo Iuna” na Universidade Federal da Bahia, UFBA, em que estudou sobre as formações de comunidades quilombolas.

O romance “*Salvar o fogo*” é dividido em quatro partes: “A vingança tupinambá”, “Luzia do Paraguaçu”, “Manaíba” e “A alma selvagem”. A história começa com Moisés falando sobre sua agressividade em relação a Luzia, que ele acredita ser sua irmã, pois foi criado por ela e pelo pai, Mundinho, cujo nome sugere a mediocridade do lugar. Desde o início, Moisés revela a culpa que carrega, pois a “irmã” sempre o acusa de ser responsável pela morte da mãe. Segundo Luzia, a mãe nunca mais se recuperou após o parto e morreu de “melancolia”.

Luzia, que é narradora personagem assim como Moisés, insatisfeita com a vida na aldeia, rejeita as atividades tradicionais e torna-se lavadeira do mosteiro Santo Antônio do Paraguaçu. Esse trabalho, além de protegê-la da violência da população que a estigmatizou como “bruxa” desde a infância por ser corcunda, permite que ela beneficie Moisés com a única escola existente na aldeia, situada no mosteiro.

A Igreja Católica, que detém o poder na aldeia, oferece uma proteção ambivalente a Luzia: por um lado, abriga-a, mas por outro, explora-a economicamente, pois a

Artes, Direitos e Cidades

Igreja Católica, por meio dos monges de um mosteiro do século XVII, controla o local simbolizando a herança colonial.

Em Tapera do Paraguaçu, são os monges do mosteiro que ditam as regras. A religião manipula os pensamentos das personagens e agrava suas dificuldades, explorando a pobreza extrema da população. Eles cobram foros sobre as terras e, quando não pagos, confiscam os direitos dos moradores sobre elas. Mundinho se recusa a pagar a quantia à Igreja, pois entende que as terras pertencem à família desde as gerações anteriores. No entanto, para não serem expulsos, Luzia faz o pagamento escondida.

A comunidade é afro-indígena e sofre com a perda constante das lavouras devido às intempéries climáticas. Os homens muitas vezes vão à cidade vender o que resta, demorando para voltar, deixando mulheres e filhos à deriva. A fome é uma constante, e as mulheres se esforçam para cuidar dos filhos, que, ao crescerem, geralmente partem em busca de uma vida melhor.

A maioria dos que partem são homens, a exemplo de Moisés que migra para a capital em busca de trabalho e se vê explorado novamente, enquanto as mulheres sonham com a chegada de rapazes que possam tirá-las dali. É assim que a família de Luzia se desintegra: os irmãos mais velhos partem, as irmãs seguem suas vidas com homens que aparecem na aldeia, e Luzia, após ser estuprada e abandonada, fica sozinha.

3. UM BREVE HISTÓRICO DOS DIREITOS TRABALHISTAS NO BRASIL

A história dos direitos trabalhistas no Brasil é marcada por uma série de transformações que acompanham o desenvolvimento econômico e social do país. O sistema escravocrata, no Brasil colonial, consiste em um período considerado anterior à instituição de direitos trabalhistas no país, tendo em vista que as pessoas eram submetidas a condições degradantes de trabalho. A partir da abolição desse sistema, inicia-se um processo que visa assegurar dignidade aos trabalhadores. A Lei Áurea, então, é vista como um marco inicial na História do Direito do Trabalho brasileiro, embora ela não tenha nenhum caráter trabalhista (Delgado, 2010).

Artes, Direitos e Cidades

Apesar de “livres”, os negros e indígenas escravizados não obtiveram relação de emprego de fato, pois continuavam submetidos às ordens dos senhores, os quais, por sua vez, só pagavam o que lhes convinha e da maneira que quisessem. Para André Siebeneichler (2022), as mudanças foram sentidas de forma bem sutil pelos trabalhadores ao longo dos anos e o Brasil só começa a avançar em termos legais devido à forte influência dos movimentos na Europa. Ademais, alguns dos fatos relevantes foram o ingresso do Brasil na Organização Internacional do Trabalho, criada no Tratado de Versalhes (1919) e o movimento operário de que participaram imigrantes com inspirações anarquistas, caracterizado por inúmeras greves em fins de 1800 e início de 1900 (Siebeneichler, 2022).

Em 1930, a Era Vargas tem início e representa um marco na legislação trabalhista brasileira, pois Getúlio Vargas implementou várias leis que beneficiaram os trabalhadores. (Biavaschi, 2005). Em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho foi criada, unificando e organizando a legislação trabalhista no Brasil. Ela regulamenta direitos como jornada de trabalho, salário-mínimo, férias remuneradas, entre outros.

Após a Segunda Guerra Mundial, os direitos trabalhistas foram sendo progressivamente ampliados até que se instaura a Ditadura Militar Brasileira (1945-1985), cujos representantes no poder reprimiram movimentos sindicais e realizaram um controle mais rígido sobre as atividades trabalhistas, mesmo que a CLT permanecesse como base da legislação.

A nova Constituição, promulgada em 1988, trouxe avanços significativos, incluindo o direito de greve, a liberdade sindical e a participação dos trabalhadores na gestão das empresas. Em 2017, foi aprovada uma reforma trabalhista que alterou mais de 100 pontos da CLT. Entre as mudanças, destacam-se a prevalência do negociado sobre o legislado, a criação do trabalho intermitente e a regulamentação do teletrabalho.

A legislação trabalhista brasileira atual oferece uma série de direitos e proteções específicas para os trabalhadores rurais. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com a Constituição Federal de 1988 e outras leis complementares, assegura diversas garantias, como salário-mínimo nacionalmente unificado, 13º salário, jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 semanais, férias, repouso semanal remunerado etc. Ademais, a CLT, em seus artigos 106 e 107, trata especificamente dos trabalhadores rurais, assegurando-lhes registro de emprego em

Artes, Direitos e Cidades

carteira, alojamento e alimentação quando a prestação de serviços exigir que residam no local e transporte adequado.

Assim, no Brasil contemporâneo, busca-se garantir que os trabalhadores rurais tenham acesso a direitos e condições de trabalho dignas, reconhecendo as peculiaridades do trabalho no campo e assegurando a proteção necessária para eles e que as crianças sejam protegidas das explorações e possam estudar.

4. A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO EM SALVAR O FOGO

No começo da história, é apresentada a Tapera do Paraguaçu, uma típica região rural do sertão brasileiro, em um contexto de precariedade e opressão. Na Tapera, moram Luzia, sua família e alguns vizinhos que, embora habitem a terra há anos, herdada de seus antepassados, não possuem a sua posse. A administração, no sentido de cobrança de impostos, é feita pelos monges que vivem próximo à Tapera.

Os moradores sobreviviam por meio da pesca e da plantação, mas Moisés e Luzia rejeitavam esse destino como o menino aponta, logo no início da narrativa:

Diferente da mãe e das mulheres da aldeia, Luzia, a irmã mais velha, parecia não ter se interessado pela arte do barro, nem mesmo pelo roçado. Dizia que lavoura era trabalho para homem. Repetia, ao ver a ruma de mulheres caminhando para o mangue à beira do Paraguaçu, que não foi feita para ficar sob o sol catando mariscos, e que se pudesse moraria na cidade grande. Desde cedo passei a seguir seus passos. As terças e sextas-feiras Luzia andava até o mosteiro, recolhia cortinas, toalhas e estolas, e formava uma imensa trouxa. (Vieira Junior, 2023, p. 17).

Luzia, ao ver o sofrimento de homens e mulheres na lida diária, “de sol a sol”, procura trabalho como lavadeira no mosteiro. Era evidente que as lavouras de seu pai, Mundinho, não seriam suficientes para o sustento da família, muito menos para arcar com o imposto exigido pela igreja sob a condição de ser retirado daquela terra. Afinal, “a produção era pequena e supria a casa na maior parte das vezes para livrá-la da fome.” (Vieira Junior, 2023, p. 36).

Nesse contexto de exploração, Luzia assume, mesmo contra a vontade do pai, o pagamento do foro, ao destinar todo o dinheiro minguado que ganhava da própria igreja como

Artes, Direitos e Cidades

lavadeira para esse fim. A missão da mulher era lavar trouxas e mais trouxas de roupas, lençóis e cortinas do mosteiro com o fim de salvar a terra de trabalho da família.

Por meio da narrativa, o autor destaca a herança escravocrata ainda presente nas terras brasileiras, mantendo a exploração e a falta de direitos dos trabalhadores. O trabalho árduo e contínuo dos habitantes da Tapera, que trabalham na terra para sobreviver, sugere uma forma de escravidão típica do Brasil, onde a terra é dominada pelos "senhores feudais", no caso, representados pelos monges. Esse cenário remete à colonização do Brasil, período no qual a Igreja controlava a educação, a língua, a cultura, a terra e mantinha os povos tradicionais sob seu domínio (Schwarcz; Starling, 2018).

Os trabalhadores são oprimidos, desprovidos de dignidade e explorados sem remuneração justa e sem garantia da terra da qual necessitam para sobreviver. Essa conexão entre terra, trabalho e escravidão revela a continuidade de estruturas opressivas e a necessidade de lutas e transformações sociais para garantir direitos e reconhecimento aos trabalhadores.

Luzia também orientava Moisés a procurar mudança de vida nos estudos e o forçava a ir à escola no mosteiro, onde havia conseguido uma vaga para ele. Embora Mundinho ficasse contrariado com a falta de interesse dos filhos pelo cultivo da terra, Luzia orientava o garoto: “Ela me dizia que eu continuasse prestando atenção porque ler e escrever era melhor do que cavar chão ou viver pescando a maré debaixo do sol forte.” (Vieira Junior, 2023, p. 43). Dessa forma, a lavadeira direcionava o “irmão” para um destino distinto daquele a que toda a aldeia era condenada.

Devido aos acontecimentos que se desenrolam no mosteiro, Moisés sofre traumas e decide abandonar os estudos e fugir para a capital. A expectativa era de morar com o irmão Joaquim que, anos antes, havia saído da Tapera em busca de melhores condições de vida. No entanto, Moisés se depara com a triste realidade de muitos brasileiros que saem do campo para a cidade:

Para me deslocar até o endereço de meu irmão, consumi quase o mesmo tempo da viagem da Tapera à capital. No bairro em que ele vivia era tudo diferente de onde eu tinha desembarcado: um amontoado de casas velhas e precárias juntas, o chão de barro e uma água malcheirosa que corria pela beirada da rua [...] Tive que deixar de lado minha timidez e perguntar onde morava Joaquim. Apontaram para uma encosta

Artes, Direitos e Cidades

com degraus esculpidos no próprio barro. Ao pé do morro as ruas se afinilavam, se tornavam ecos, caminhos onde mal passava uma pessoa. (Vieira Júnior, 2023, p. 72).

Os migrantes, ainda hoje, sofrem com o descaso do Estado que não os ampara quando chegam aos grandes centros urbanos. Alojaram-se em bairros periféricos, sem estrutura mínima como saneamento básico, água potável e vivem à mercê de subempregos para não passarem fome. Depois de ser aceito, aos 16 anos, como embalador de compras em um supermercado, Moisés continua a busca por melhores oportunidades de emprego e ressalta as dificuldades por ser um migrante, menor de idade, sem formação escolar completa:

Todos os trabalhos que realizei me maltratavam, mas continuava a conservar certo orgulho que sempre me acompanhou. Deixava os empregos quando me cansava da exploração da vez: auxiliar de reprografia, atendente de farmácia e de armário, voltei outra vez ao supermercado para trabalhar como caixa, cozinheiro e o que mais se possa imaginar. (Vieira Júnior, 2023, p. 79).

O garoto compreendia que o trabalho no campo era árduo, mas a cidade também poderia ser tão cruel ou pior para aqueles que não possuíam escolarização nem família abastada. De maneira clara, a exploração da força de trabalho se evidenciava na fala do personagem: “os empregos me ofertavam sempre mais do mesmo: as horas tomadas por tarefas intermináveis, a remuneração aquém do necessário para chegar sem preocupações ao fim do mês.” (Vieira Júnior, 2023, p. 80).

No fim da narrativa, o mosteiro é incendiado e o poder da Igreja naquele local se enfraquece com a partida dos monges. Contudo, os cobradores do foro começaram a vender os lotes de terra para comerciantes, funcionários públicos e fazendeiros que desejavam aumentar suas propriedades vizinhas à Tapera. Assim, Luzia se depara com homens cercando a terra em que seu pai plantara tantas vezes e precisa lutar por aquele pedaço de chão que representava a sua sobrevivência e a de Mundinho.

Embora a narrativa se desenrole no contexto contemporâneo, as marcas do sistema escravocrata se fazem presentes de maneira sutil, mas impactante. Ao retratar a opressão e a exploração enfrentadas pelos personagens, a obra permite refletir sobre a persistência de estruturas escravistas na sociedade brasileira, mesmo após o fim formal da escravidão. (Schwarcz; Starling, 2018). A terra controlada pelos “senhores feudais” e os trabalhadores

Artes, Direitos e Cidades

privados de seus direitos e dignidade ecoam as injustiças de um passado marcado pela violência e desumanização.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou investigar as relações trabalhistas na obra "Salvar o Fogo", de Itamar Vieira Junior, e analisou a exploração da força de trabalho dos personagens, bem como as implicações jurídicas derivadas da interpretação do texto literário. A abordagem analítico-interpretativa dos estudos em direito e literatura, com ênfase na corrente direito na literatura, permitiu uma compreensão aprofundada das dinâmicas de opressão presentes no romance.

A narrativa destaca a protagonista Luzia, seu “irmão” Moisés e seu pai Mundinho, que vivem na comunidade rural da Tapera, enfrentando a exploração agrária e a opressão imposta pela Igreja Católica. Além disso, a dificuldade dos migrantes em encontrar trabalho digno fora da Tapera evidencia as condições degradantes a que são submetidos para sobreviver.

As desigualdades sociais e a lógica escravocrata, ainda presentes no Brasil "de dentro", são uma consequência da abolição tardia e da ausência de políticas públicas efetivas para as vítimas do sistema escravocrata. A obra de Itamar Vieira Junior, portanto, não apenas retrata a realidade de uma comunidade específica, mas também reflete problemas estruturais mais amplos que persistem na sociedade brasileira.

Esta análise reitera a importância de um olhar crítico sobre as relações trabalhistas e a necessidade de transformações sociais e políticas para combater a exploração e promover a justiça social. Assim, este estudo contribui para o entendimento das continuidades históricas da opressão e para a luta por uma sociedade mais equitativa.

REFERÊNCIAS

BIAVASCHI, Magda Barros. *O Direito do Trabalho no Brasil – 1930/1942: A construção do sujeito de direitos trabalhistas*. (2005). Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

Artes, Direitos e Cidades

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 set. 2023.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de direito do trabalho*. 9. ed. São Paulo: Ltr, 2010.

KARAM, Henriete. *Questões teóricas e metodológicas do direito na literatura: um percurso analítico-interpretativo a partir do conto Suje-se gordo!*, de Machado de Assis. XII Colóquio Internacional de Direito e Literatura Faculdade de Direito da UnB, 25 a 28 de outubro de 2023 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/CkMfqt9GtCTXLZYwZdL86kK/#>. Acesso em: 25 set. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção 141: Organização de trabalhadores rurais*. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_236114/lang--pt/index.htm. Acesso em: 29 set. 2023.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Mutações da literatura no século XXI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILAS FILHO, Paulo. *O direito pela literatura: algumas abordagens*. São Paulo: Tirant Lo Blanch Brasil, 2017.

SIEBENEICHLER, André. Breve histórico e evolução dos direitos trabalhistas no Brasil. In: MIRANDA, Pedro Fauth Manhães (org.). *O Direito nas intersecções entre o fático e o normativo*. Ponta Grossa: Aya, 2022.

VIEIRA JÚNIOR, Itamar. *Salvar o fogo*. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2023.